

Comissão Temporária Externa destinada a fazer o acompanhamento “in loco” e fiscalizar os planos de trabalho, obras realizadas, intervenções futuras, investimentos, obrigações e direitos adquiridos pela Concessionária ECO 101, que administra o trecho da BR 101 que corta o Estado do Espírito Santo.

REQUERIMENTO N° , DE 2015.

(Dos Srs. Marcus Vicente e outros)

Requer a realização de audiência pública para discutir o licenciamento ambiental das obras que constam do Programa de Exploração Rodoviária da BR-101/ES, com a presença da Presidente do Ibama, Sra. Marilene Ramos.

Senhor Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, seja convidada a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, a Sra. Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA –, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento dos processos de licenciamento ambiental referente às intervenções previstas no Programa de Exploração Rodoviária da BR-101/ES.

JUSTIFICAÇÃO

O contrato de concessão dos 475,90 km da BR-101/ES/BA, que compreende o trecho que vai do entroncamento da BA-698 (acesso a Mucuri) até a divisa entre os Estados do Espírito Santo e Rio de

Janeiro, foi assinado no dia 17 de abril de 2013 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, e a concessionária Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

O objeto do contrato é a concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário dentro do trecho abrangido, compreendendo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ciclovias, acostamentos, obras de arte especiais, bem como áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

Em relação ao licenciamento ambiental, de acordo com o item 5 do contrato de concessão, é responsabilidade da concessionária obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades da concessão, incluindo as licenças ambientais. O item 5.2 mitiga o risco do privado ao estabelecer que a demora na obtenção das licenças ambientais não acarretará responsabilização da concessionária, desde que, comprovadamente, o fato não lhe possa ser imputado.

Assim, tendo em vista que não há licença de instalação que autorize os inícios das obras, tanto no segmento sul (divisa com o estado do Rio de Janeiro até Vitória), quanto no segmento norte (Vitória até entroncamento da BA-698), e, em face do PER prever que os primeiros trechos duplicados deverão ser entregues em 2017, é fundamental a presença da Presidente do IBAMA nesta Comissão para informar o status do andamento dos processos de licenciamento, bem como prestar esclarecimentos acerca das pendências da concessionária, possíveis prazos de análise e concessão das licenças e riscos de atrasos que possam postergar o início das obras de duplicação.

A audiência pública é uma oportunidade ímpar para acompanhar o andamento do processo de licenciamento, motivo pelo qual peço apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2015.

Deputado MARCUS VICENTE

Deputado _____

Deputado _____

Deputado _____

Deputado _____

Deputado _____

Deputado _____

Deputado _____